



Análise do financiamento rural: o crédito de custeio da soja em Dom Pedrito/RS

Juliano Luiz Fossá

Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Dom Pedrito – Rio Grande do Sul –
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Claudio Marques Ribeiro

Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Dom Pedrito – Rio Grande do Sul –
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4105-5684>

Ana Paula Schervinski Villwock

Universidade Federal de Sergipe (UFS) – São Cristóvão – Sergipe – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-8590>

Rodrigo da Silva Lisboa

Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Dom Pedrito – Rio Grande do Sul –
Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4422-8157>

Resumo

O objetivo deste artigo consiste analisar as mudanças das fontes de crédito de custeio da cultura da soja no município de Dom Pedrito/RS. Ancorado metodologicamente na perspectiva histórico-dedutivo, o estudo se caracteriza essencialmente a partir de uma abordagem quantitativa. O período de análise foi de 2015 a 2024, delimitado em função da disponibilidade de uma das variáveis utilizadas no estudo. Foram consideradas séries estatísticas tanto do Banco Central do Brasil como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, contou-se com três informantes-chaves para esclarecimentos sobre a cultura da soja no município. A análise dos resultados foi através da estatística descritiva e foi dividida em duas partes. Os principais resultados demonstraram que mesmo com incremento de 193,5% no valor acessado via crédito rural pela cultura da soja entre 2015 e 2024, a área financiada via este mecanismo reduziu sua participação de 43,3% em 2015 para apenas 32,1% em 2024, o que neste último ano representam 38.505 do total de 120.000 hectares de área plantada de soja em Dom Pedrito/RS. A análise deste cenário sugere que a alteração do padrão de financiamento está ocorrendo por ao menos quatro aspectos principais, entre os quais a atuação de sete grandes empresas do agronegócio que operam na localidade.

Palavras-chave: Crédito Rural; Política Pública; Agronegócio.

Analysis of rural financing: soybean production credit in Dom Pedrito/RS

Abstract

The objective of this article is to analyze the financing of soybean crops in the municipality of Dom Pedrito/RS. Methodologically anchored in the historical-deductive perspective, the study is characterized essentially by an essentially quantitative approach. The period of analysis was from 2015 to 2024, delimited according to the availability of one of the variables used in the study. Statistical series from both the Central Bank of Brazil and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were considered. In addition, three key informants were involved to clarify soybean crops in the municipality. The analysis of the results was through descriptive statistics and was divided into two parts. The main results showed that even with a 193.5% increase in the amount accessed via rural credit for soybean crops between 2015 and 2024, the area financed via this mechanism reduced its share from 43.3% in 2015 to just 32.1% in 2024, which in this last year represents 38,505 of the total 120,000 hectares of soybean planted area in Dom Pedrito/RS. The analysis of this scenario suggests that the change in the financing pattern is occurring due to at least four main aspects, among which is the performance of seven large agribusiness Trading companies operating in the location.

Keywords: Rural Credit; Public Policy; Agribusiness;

Análisis del financiamiento rural: crédito a la producción de soja en Dom Pedrito/RS

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la ocurrencia de un nuevo estándar de financiamiento para el cultivo de soja en Dom Pedrito/RS. Metodológicamente anclado en la perspectiva histórico-deductiva, el estudio se caracteriza esencialmente por un enfoque cuantitativo. El periodo de análisis fue de 2015 a 2024, delimitado en función de la disponibilidad de una de las variables utilizadas en el estudio. Se consideraron series estadísticas tanto del Banco Central de Brasil como del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Además, se involucraron tres informantes clave para brindar aclaraciones sobre el cultivo de soja en el municipio. El análisis de los resultados fue mediante estadística descriptiva y se dividió en dos partes. Los principales resultados mostraron que incluso con un aumento del 193,5% en el valor accedido vía crédito rural para el cultivo de soja entre 2015 y 2024, el área financiada vía ese mecanismo redujo su participación del 43,3% en 2015 a apenas el 32,1%, lo que en este último año representa 38.505 del total de 120.000 hectáreas de área plantada de soja en Dom Pedrito/RS. El análisis de este escenario sugiere que el cambio en el patrón de financiamiento se está dando por al menos cuatro aspectos principales, entre los que se encuentra el accionar de siete grandes empresas comercializadoras del agronegocio que operan en la zona.

Palabras clave: Crédito Rural; Políticas Públicas; Agronegocios; Comercio.

1 Introdução

O crédito rural se estabeleceu ao longo do último século como uma das principais estratégias do Estado Brasileiro de apoio ao setor agropecuário. No processo conhecido como modernização da agricultura brasileira, o financiamento público do setor, de forma volumosa e subsidiada, garantiu a penetração do capital

financeiro no rural brasileiro (Delgado, 1985; 2012), que permanece até a atualidade (Bitencourt, Fornazier 2024).

Em estudo seminal, Mattei (2014) demonstra a continuidade efetiva da participação do Estado Brasileiro ao demonstrar que os recursos públicos tiveram crescente aumento na passagem dos séculos XX e XXI, resultando numa média de R\$ 79,0 bilhões anuais destinadas somente à agricultura empresarial entre 2003 e 2012, ante, a um valor médio de R\$ 35,0 bilhões anuais entre 1995 e 2002¹. Entretanto, destaca-se que após esse período, por razões ligadas principalmente a crise política e retração econômica do Brasil, houve uma redução no número de contratos anuais de 2013 à 2021 no que tange a política de crédito rural brasileira (Baccarin, Oliveira, 2021; Fossá, Matte, Mattei, 2022; Gasques, Bacchi, Bastos, 2017).

A partir dos anos de 2021 e 2022 o montante de crédito rural total concedido no país ultrapassou a quantia de R\$ 200,0 bilhões anuais (Fossá, Villwock e Matte, 2024). Em continuidade a isso, os dados da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (Bacen) registram que o acesso ao crédito rural em 2024 foi de aproximadamente R\$ 371,3 bilhões (Brasil, 2025). Este cenário de pujança estatal no fornecimento de crédito rural é ainda mais difundido na medida em que ano após ano, os Planos Safras do Governo Federal batem recordes de valor disponibilizado via sistema bancário.

De igual modo, a participação de formas alternativas de financiamento rural vem ganhando espaço no cenário nacional, especialmente aquele vinculado ao setor privado. Juntamente com o aumento do crédito nos últimos anos, estabeleceu-se o direcionamento do crédito rural com o foco em culturas como a soja e o milho (Scapin; Troian, 2023), com a soja recebendo maior volume de recursos. Além disso, Búrigo *et al.* (2021) constataram o direcionamento dos recursos de custeio principalmente para grãos, especialmente soja, milho, trigo e café.

Em termos comparativos, em nível de país a participação do crédito rural oficial apresenta crescimento de sua participação em relação à área plantada total, variando de 37,1% em 2015 para 47,4% em 2023 (Brasil, 2025; IBGE, 2025). O mesmo ocorre com o estado do Rio Grande do Sul que no mesmo período cresceu de 46,1% para 59,1%, o que por sua vez corrobora com o entendimento da importância crescente da participação do Estado brasileiro no financiamento da agropecuária nacional (Brasil, 2025; IBGE, 2025).

Apesar do incremento do crédito rural oficial, há na cultura da soja um sentido oposto no acesso ao custeio público, em algumas localidades e regiões na última década, pois tem se percebido um movimento acentuado de redução da participação dos recursos via Sistema Nacional de Crédito Rural em relação à área plantada total. É o caso do município de Dom Pedrito/RS, que por sua vez apresenta crescimento expressivo da área plantada da cultura da soja ao mesmo tempo em que o financiamento de custeio dessa cultura a partir do crédito rural oficial, tem recebido cada vez menos participação no conjunto total da produção.

A este respeito, a cultura da soja a partir dos anos 2.000 apresenta franca expansão ocupando no ano de 2024 um total de 120.000 hectares (ha) enquanto comparado área plantada no ano 2000 que foi de apenas 2.000 hectares. Desse modo, a estrutura socioeconômica a nível municipal está voltada a essa atividade

¹ Valores nominais disponíveis em Mattei (2014).

produtiva, e, compreender as fontes de financiamento, se pública ou privada, se coloca como um elemento de vital importância sobre esta dinâmica e suas limitações e/ou contribuições ao desenvolvimento a nível local e ou regional, especialmente a considerar a importância das atividades agropecuária na localidade investigada

Além disso, é necessário destacar que a produção de soja no município está inserida majoritariamente no modelo empresarial de agricultura de grandes estabelecimentos em termos de área, que recentemente está se apoiando cada vez menos no acesso ao crédito rural oficial via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e buscando outras formas alternativas de custear sua safra. Isto porque, os dados do Banco Central do Brasil da área financiada revelam tal condição, que por sua vez podem caracterizar um novo padrão recente de financiamento, ou seja, especialmente por meio de grandes empresas do agronegócio que operam em Dom Pedrito/RS, principalmente por meio de sistema de integração

Assim, ao considerar a exposição até aqui, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: está ocorrendo um novo padrão de financiamento da cultura da Soja em Dom Pedrito/RS? E em consequência disso, enquanto objetivo, analisar as mudanças das fontes de crédito de custeio da cultura da soja no município de Dom Pedrito/RS.

Nestes termos, a contribuição deste estudo se coloca de fundamental importância ao se propor a compreender as dinâmicas do financiamento rural na localidade, pois para além do aprofundamento quanto às dinâmicas socioprodutivas em relação ao financiamento rural, se posiciona também como uma análise de caráter inovador nos estudos rurais e de igual modo relacionado ao desenvolvimento local / regional

No que se refere à estrutura deste estudo, visando o alcance do objetivo proposto, este artigo está organizado em quatro seções para além desta introdução. Na primeira seção são elaborados os argumentos teóricos que sustentam a discussão da pesquisa. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos que guiaram a realização desta investigação científica e o alcance dos objetivos propostos. Na terceira seção são analisados e discutidos os resultados verificados em nosso recorte, e por fim, na quarta seção são tecidas as considerações finais as quais retomam os principais aspectos em debate, assim como são sugeridas possibilidades de outros estudos a partir de outras realidades e olhares sobre a temática.

2 Notas sobre o financiamento da agricultura brasileira

As discussões a respeito do financiamento rural no país demarcam um longo período, especialmente a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o que remete a milhares de estudos, pesquisas e investigações científicas, que por sua vez renovam os conhecimentos e os entendimentos sobre a temática ao longo das últimas décadas

Se há diversas possibilidades de entendimento sobre o curso da história, há certo consenso de que a política de crédito rural se constitui como um dos principais elementos da chamada “modernização da agricultura” brasileira no século XX, em vizinidade à pesquisa agropecuária e à extensão rural (Sorj, 1980; Graziano da Silva, 1982). Nesta trajetória, as obras de Delgado (1985) e (2012) demonstram sem ofuscamento o papel determinante do Estado brasileiro no aporte de vultosos recursos de financiamento rural, especialmente até os fins dos anos de 1970.

Nestes termos, no caso da agricultura brasileira, mais intensificada nas últimas sete décadas, o crédito rural cumpriu o papel de viabilizar a expansão da produção agropecuária via financiamentos de custeio, investimento, comercialização e industrialização (Delgado, 2012). Em complemento, Gasques, Bacchi e Bastos (2017) apontam que o crédito rural no Brasil passou por acentuadas mudanças desde a implantação no SNCR, sobretudo a atuação governamental, especialmente a partir do cenário econômico e político do país, principalmente no decorrer da década de 1980

Mais recentemente, em análise sobre o desempenho do SNCR entre 2003 e 2014, Búrigo *et al.* (2021) demonstra a evolução da aplicação do montante de recursos cresceu 174,2%, ou seja, de aproximadamente R\$ 60,0 bilhões em 2003 para R\$ 164,5 bilhões em 2014 - a partir de valores constantes de 2014 -. Ainda segundo os autores, tais valores chegaram “próximo aos patamares do período áureo do crédito rural, na virada da década de 1980” (Búrigo *et al.* 2022, p. 639).

Em relação ao crédito de custeio, a cultura da soja tem absorvido a maior parte dos recursos de custeio agrícola do SNCR nas últimas duas décadas (Búrigo *et al.*, 2022; Fossá, Villwock, Matte, 2024; Fossá *et al.* 2024). O avanço recente da produção da soja e a consequente participação do crédito rural, especificamente a esta cultura está diretamente associado ao aumento das exportações nacionais do produto, as quais estão atreladas ao boom dos preços internacionais a partir do início dos anos 2000 (Flexor, Kato e Leite, 2022).

Neste íterim, entre 2013 e 2024, conforme dados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Bacen, o crédito de custeio específico à soja via SNCR alcançou evolução de 94,4%, alterando de R\$ 30,7 bilhões para R\$ 59,7 bilhões no período. Em comparação, o crédito de custeio total, obteve no acesso entre 2013 e 2024, evolução de 51,8%, registro significativamente inferior ao da cultura da soja (Brasil, 2025). Estas estatísticas demonstram que o Estado brasileiro continua atuando de forma expressiva em relação aos desembolsos financeiros de financiamento da agropecuária nacional (Brasil, 2025).

As notas elaboradas até aqui demonstram que a atuação do Estado brasileiro no financiamento da agricultura brasileira, demonstra um longo processo de disponibilidade de crédito rural ao setor agropecuário, variando as condições de acesso em função do momento econômico, fiscal e político do país (Delgado, 1985, 2012). Assim, coadunamos com Mattei (2014) que não é possível conceber a política de crédito rural no país sem reconhecer o papel do Estado brasileiro como importante instrumento da acumulação capitalista no rural brasileiro, principalmente aquele centrado no modelo patronal / empresarial.

Por outro lado, em visão diversa e até antagônica, sobre o papel do Estado no fornecimento de crédito rural à agricultura brasileira, Buainain *et al.* (2013), inserem no debate acadêmico o avanço do financiamento rural privado como um dos elementos de um “novo rural” no país. Nesta esteira, é necessário reconhecer, que o financiamento da agropecuária avança por outros meios que não sejam via SNCR, entre os quais, figura o financiamento privado, especialmente nos últimos anos

Isto posto, este reconhecimento não significa a redução da participação do Estado ou ainda uma “saída à francesa” quanto ao financiamento rural. Segundo Leite e Wesz Junior (2014, p. 105) “a política de crédito rural brasileiro manteve um perfil de forte concentração no acesso aos recursos públicos”. É neste contexto que

se coloca este estudo, pois, em nível local e de uma cultura específica – sojicultora – foi verificado um cenário que tanto a participação nos financiamentos rurais públicos ou privados se expandem.

A variável que revela este ambiente é a área total financiada, a qual nos últimos anos é requisito obrigatório para acesso ao financiamento no sistema bancário que opera o crédito rural. Esta informação está disponível na Matriz de Crédito Rural (MCR) desde o ano de 2015. A partir do cruzamento desta série de dados, com as estatísticas da área total plantada via Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), equaciona-se o entendimento da participação do crédito rural oficial, ao mesmo tempo em que posiciona o total do financiamento a partir de outros meios e agentes privados.

A observação dos nossos dados mencionados no parágrafo anterior quanto ao *lócus* de pesquisa, à luz da reflexão, é possível compreender que ao menos dois caminhos ocorrem concomitantemente e se enquadram com a realidade do nosso objeto de análise. Isto porque, no financiamento de custeio específico à cultura da soja, a nível local de Dom Pedrito/RS, está ocorrendo um processo contínuo de expansão dos montantes aportados via crédito rural oficial, entretanto em velocidade menor à expansão da área plantada total, que por sua vez significa também, crescimento altamente importante de outros meios de financiamento, especialmente de agentes privados, o que conseqüentemente pode representar um novo padrão de financiamento rural.

3 Procedimentos Metodológicos

A construção do conhecimento nas ciências econômicas, como em qualquer outra área das ciências, se faz a partir da observação dos fatos econômicos e sociais, em especial dos novos, e a correlação dos mesmos aos outros fatos sociais e políticos (Bresser-Pereira, 2009). Neste sentido, o método que guiou a construção deste estudo foi o histórico-dedutivo, que por sua vez parte da observação de uma realidade complexa e em mudança mantendo-se próximo a eles durante o processo dedutivo (Bresser-Pereira, 2009).

Em termos metodológicos, quanto à abordagem, classifica-se essencialmente como quantitativo a partir da utilização de pesquisa em dados secundários. Assim coadunamos com o entendimento de Marconi e Lakatos (2022) que se caracteriza a perspectiva quantitativa como aquela que emprega variáveis numéricas tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Posteriormente a isso, foi realizada revisão sistemática da literatura quanto à temática do estudo.

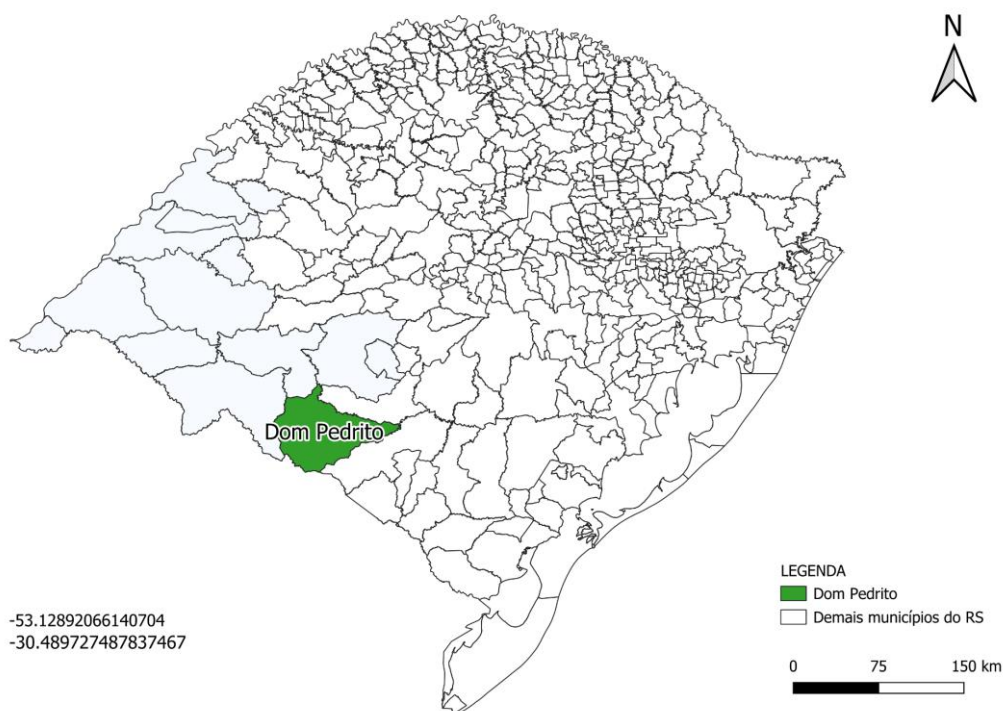
A este respeito, foram utilizados enquanto técnica de coleta de dados, variáveis referentes ao acesso do financiamento rural a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural junto ao site do Banco Central do Brasil (Bacen) entre os anos de 2015 e 2024. Foram consideradas as informações de volume de recursos acessados, número de contratos e área total plantada financiada via SNCR. Os valores financeiros foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o ano de 2024.

Em complemento, foram acessadas junto à Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) a área plantada total do município, bem como da cultura da soja e, também variáveis disponíveis da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), ambas geridas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, foram acessadas informações do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, as quais foram utilizadas de forma a inteirar as análises e discussão dos resultados dos dados coletados. A fim de compreender em maior profundidade o cenário local foram contatados quatro informantes-chaves com atuação em Dom Pedrito/RS, a saber: i) dois técnicos da EMATER/RS; ii) um profissional de uma organização do Agronegócio; iii) uma técnica da Inspeção de Defesa Agropecuária Dom Pedrito/RS. A partir destes sujeitos foram registradas informações gerais sobre o foco do nosso estudo, bem como da dinâmica da expansão da cultura da soja na localidade.

A delimitação do campo de pesquisa, ou seja, *lócus* é o município de Dom Pedrito/RS, localizado no Bioma Pampa, região da Campanha na fronteira com o Uruguai, conforme Figura 1. A escolha por esta unidade se deu por quatro motivos principais: i) relevância em termos de produção da cultura da soja; ii) a crescente expansão da cultura, especialmente nas últimas duas décadas, posicionando como o maior produtor do estado do Rio Grande do Sul em cultivo sequeiro e segundo maior em cultivo irrigado; iii) diminuição drástica da área financiada da cultura da soja nos registros do crédito rural oficial no município entre 2015-2024; iv) interesse acadêmico de pesquisa quanto ao aprofundamento da temática e da realidade social da localidade investigada.

Mapa 1– Municípios de Dom Pedrito/RS.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A análise dos resultados se deu através da estatística descritiva, envolvendo o conjunto selecionado de dados. Em um primeiro momento foram elaboradas análises quanto ao acesso ao crédito rural total e o direcionamento específico à cultura da soja, considerando o período de 2015-2024, conforme a disponibilidade dos dados a nível municipal na Matriz de Dados do Crédito Rural. No segundo conjunto da construção analítica, priorizou-se avaliação relacional com a área da plantada da cultura da soja no município, articulada com outras culturas agrícolas e pecuárias a fim de compreender tais dinâmicas sócioprodutivas a nível local. Para esse segundo conjunto, o período analisado foi ampliado, quando possível, em virtude da disponibilidade de dados e as possibilidades de contribuições de entendimento do problema de pesquisa em voga

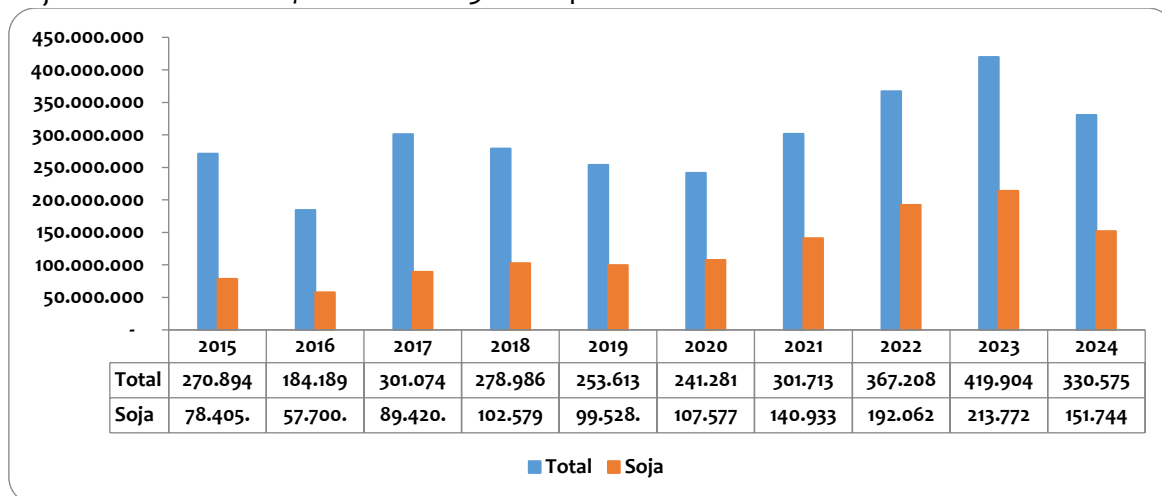
Ressalta-se ainda que a análise descritiva dos dados foi complementada com a pesquisa bibliográfica, levando em consideração os principais estudos a nível de país. Assim, inicialmente se debruçou a respeito do acesso e distribuição do crédito rural e em seguida procedeu-se a ênfase nas alterações socioprodutivas a partir das mudanças no padrão de financiamento rural na unidade de análise, ou seja, da cultura da soja em Dom Pedrito/RS.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Em um primeiro momento, será apresentado um diagnóstico quanto a dinâmica do acesso ao crédito rural de custeio entre 2015 e 2024 no município de Dom Pedrito/RS, a qual está focada no desempenho do financiamento da cultura da soja. Em consonância a isto, serão realizadas comparações com o desempenho em nível de estado do Rio Grande do Sul, Brasil, bem como, das principais culturas as quais serão apontadas no desenvolvimento de nossa análise. Em um segundo momento, serão argumentados e discutidos elementos a respeito da alteração do padrão de financiamento para cultura da soja na localidade de Dom Pedrito/RS.

O crédito rural de custeio representou em Dom Pedrito/RS no período em análise o montante acumulado de R\$ 2,9 bilhões, dos quais 41,8%, ou seja, R\$ 1,2 bilhões foi destinado à cultura da soja. O período é marcado a partir da ascensão da produção da cultura da soja no município, o que por consequência induziu o direcionamento do crédito rural à cultura. Tal dinâmica pode ser explicada a partir do aumento dos preços internacionais da soja que por sua vez impulsionou o aumento da produção em todas as regiões do país ((Flexor, Kato e Leite, 2022). Os dados mostram que o valor anual passou de R\$ 78,4 milhões em 2015 para R\$ 151,7 milhões em 2024, o que resulta em crescimento de 93,5% (Brasil, 2025). Além disso, a participação da cultura da soja no total acesso de crédito de custeio no município, evoluiu de 28,9% em 2015 para 45,9% em 2024, conforme disposto no Gráfico 01. Este cenário vai de encontro ao crescimento já verificados em outros estudos no município e região, a exemplo de Fossá e Troain (2024) que identificaram que o montante financeiro da cultura da soja aumentou 351,7% no comparativo 2013/2023 em 20 municípios pertencentes ao Pampa Gaúcho.

Gráfico 01 - Evolução do montante de Crédito Rural de Custeio Total e da Cultura da Soja em Dom Pedrito/RS entre 2015 e 2024



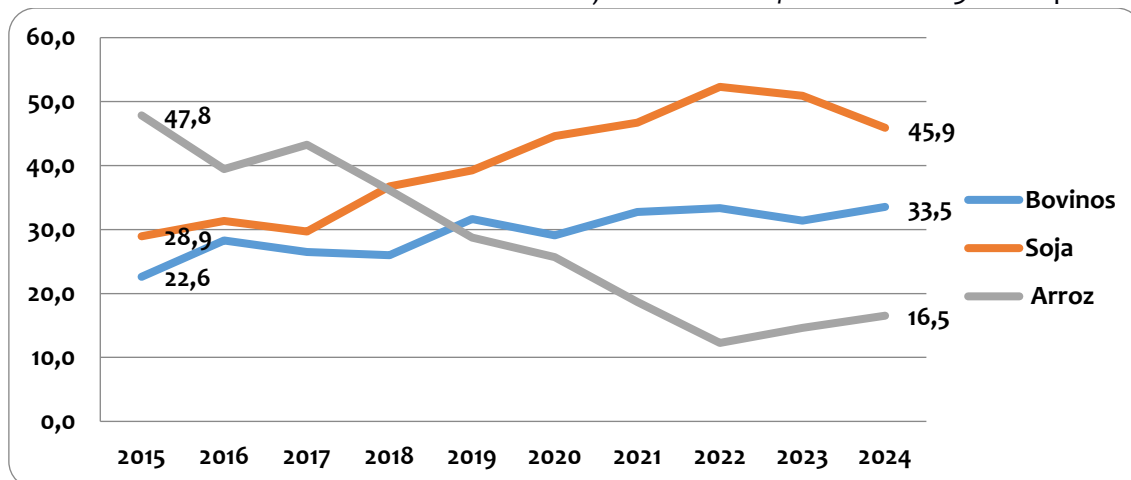
Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

A partir dos dados, compreende-se que três aspectos precisam ser considerados. O primeiro diz respeito à evolução do total do crédito de custeio, que por sua vez no município, apesar de registrar expressivo crescimento – alcançou o patamar de 122,8% entre 2015 e 2024 – a cultura da soja, por sua vez, teve um desempenho significativamente superior no que se refere ao crédito rural. O segundo aspecto está relacionado ao direcionamento dos recursos de custeio entre as principais culturas e atividades agropecuárias, isto é, a dinâmica socioprodutivas foi se modificando na região, na medida em que este processo ocorreu, o que foi alterando a participação no acesso entre as principais culturas (Vilagram, Troian e Maciel, 2023).

Os dados apresentados em nosso lócus de pesquisa seguem a dinâmica histórica do crédito rural no país, ao centrar os recursos em poucas culturas, especialmente aquelas vinculadas as grandes cadeias do agronegócio brasileiro (Wesz Júnior, 2021). Exemplificando os dois primeiros aspectos, analisa-se que o arroz, a bovinocultura e a soja concentram em Dom Pedrito/RS, em todo o período de análise 99,4% dos recursos de custeio acessados. Entretanto, enquanto o financiamento oficial da soja ganha espaço, ocorre o processo inverso com a cultura do arroz, que passa de significativos 47,8% no ano de 2015 para somente 16,5% em 2024 do total dos recursos de custeio acessados a nível municipal (Brasil, 2025).

Nestes termos, a rizicultura Pedritense registrou queda de 57,8% de acesso ao crédito de custeio, nível de redução superior ao se comparado a área de plantada que foi de aproximadamente 29,1% (Brasil, 2025; IBGE, 2025). Este cenário de especialização produtiva e redirecionamento de crédito rural à soja não se limita ao local de análise deste estudo, mas sim em todo o estado do Rio Grande do Sul (Viana, et al., 2021; Wesz Júnior, 2021).

Gráfico 02 - Participação Relativa das Três principais culturas e atividades em termos de acesso no Crédito Rural de Custeio Total, Dom Pedrito/RS entre 2015 e 2024



Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

- 2015 = base 100,0.

Já o montante de recursos direcionados à bovinocultura apresentou leve crescimento de sua participação, de 22,6% para 33,5% no comparativo 2015/2024, especialmente em função da trajetória histórica de Dom Pedrito/RS, como de toda região da Campanha Gaúcha, na atividade pecuária, apesar de as estatísticas demonstram indícios de alteração de um padrão produtivo, ou seja, passaram de um sistema extensivo para aquele de manejo intensivo da bovinocultura, especialmente a de gado de corte. Conforme Silva e Viana (2020) esse movimento é liderado especialmente por perfil de produtor denominado “Pecuarista Sojicultor”. Apesar disso, os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal revelam que o rebanho bovino no município teve redução de 11,7% entre 2015 e 2023, passando de 374,4 para 330,4 mil cabeças (Brasil, 2025). Tal fato evidência consequências que vem ocorrendo na área de estudo em função da expansão da cultura da soja.

O terceiro aspecto relaciona-se com a comparação com evolução do acesso ao crédito de custeio total, bem como o financiamento específico da cultura da soja com o Rio Grande do Sul e com o país. Em relação ao volume total de crédito de custeio, tanto o estado gaúcho quanto o país apresentaram um maior crescimento dos recursos em termos relativos, apresentando respectivamente evolução de 32,9% e 45,7% - em Dom Pedrito/RS foi de 22,0% conforme demonstrado anteriormente -.

Em relação à soja, se efetiva o processo inverso, que por sua vez, teve no município em destaque crescimento dos recursos de financiamento de crédito rural na ordem de 93,5%, enquanto em nível de Rio Grande do Sul foi de 63,5%, e na comparação com Brasil que foi de 67,6%, conforme evidenciado no Quadro 01. A este respeito, é importante ressaltar o processo de direcionamento dos recursos do SNCR à apenas algumas culturas, centrada em commodities é uma das principais marcas do financiamento rural no país (Wesz Junior, 2021).

Quadro 01 - Evolução do Crédito Rural de Custeio Total e da cultura da Soja, a nível de País, Rio Grande do Sul e Dom Pedrito/RS, entre 2015 e 2024

	Brasil		Rio Grande do Sul		Dom Pedrito/RS	
Ano	Total	Soja	Total	Soja	Total	Soja
2015	145.550.271.412	35.606.980.080	20.596.368.616	6.580.510.469	270.894.966	78.405.558
2016	104.033.855.306	22.831.207.368	15.226.521.740	5.026.791.008	184.189.558	57.700.217
2017	138.079.548.314	37.613.850.550	18.812.273.284	6.874.341.931	301.074.737	89.420.128
2018	136.861.948.009	39.934.189.394	18.734.287.914	7.408.842.989	278.986.099	102.579.079
2019	133.961.948.009	40.637.591.981	18.783.222.932	8.531.418.684	253.613.547	99.528.126
2020	144.247.112.840	42.438.912.093	20.011.665.658	10.659.736.495	241.281.839	107.577.370
2021	180.133.599.058	53.468.912.093	24.694.857.958	15.004.688.954	301.713.124	140.933.419
2022	224.765.188.911	75.679.520.173	34.008.680.213	13.289.922.674	367.208.378	192.062.333
2023	235.039.771.620	73.400.219.841	33.138.475.844	13.289.922.674	419.904.936	213.772.251
2024	207.642.707.878	59.691.363.936	27.369.603.188	10.757.881.354	330.575.756	151.744.698
Total	1.647.074.517.270	481.302.440.741	21.375.957.349	92.053.116.366	2.949.442.939	1.233.723.179
Evo.% 15/24	45,7	67,6	32,9	63,5	22,0	93,5

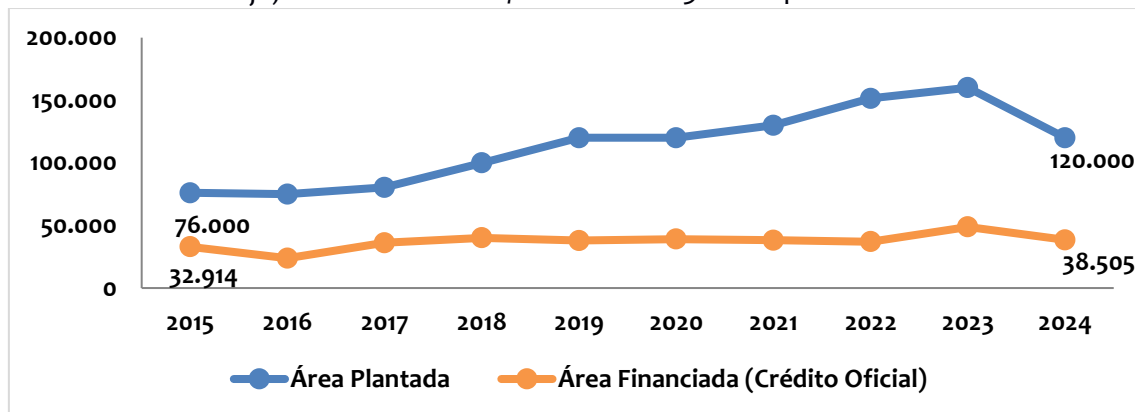
Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

Os resultados apresentados até aqui reforçam a perspectiva de que o crédito rural oficial à produção da soja no *lócus* de pesquisa se expande, o que é correto. Mas afinal há uma alteração no padrão de financiamento? De fato há, e está diretamente relacionado à dimensão da área plantada da sojicultura em expansão contínua com que tornou a participação do crédito rural oficial em contínua queda no período analisado. Este cenário quanto ao financiamento da cultura da soja a nível local vai ao encontro às contribuições de Schedenfeldt *et al.* (2021) que sinalizam o crescimento de investimentos alternativos ao crédito rural oficial.

Em 2024 o total da área plantada da cultura de soja no município de Dom Pedrito/RS chegou aos 120.000 ha, ao passo que a área financiada via crédito rural oficial foi de apenas 38.505 ha, o que representa apenas 32,1% do total. Apesar da área financiada via SNCR ter crescido 17,0% no período, a participação em relação ao total da área plantada no município diminuiu no comparativo 2015/2024.

O descompasso entre as variáveis já é registrado no primeiro ano da análise, ou seja, em 2015, que representou 43,3%, o que por vez significou uma área total naquele ano de 76.000 ha e de 32.914 ha financiados via mecanismo oficial de crédito rural (Brasil, 2025; IBGE, 2025). Estes dados são altamente significativo ao revelar a dinâmica local de alteração da fonte financiadora, ou seja, o crédito rural oficial para fontes privadas de financiamento, o que por sua vez coadunam com aquilo que estamos apresentando até aqui.

Gráfico 03 - Área Plantada de Soja (ha) e Área (ha) Financiada de Crédito Rural de Custeio Total à Soja, em Dom Pedrito/RS entre 2015 e 2024



Fonte: Banco Central do Brasil (2025), elaboração dos autores.

Os dados remetem ao entendimento de que é um fenômeno que já vem ocorrendo anteriormente ao ano de 2015, entretanto, os dados disponibilizados pelo Bacen registram a área plantada do financiamento por produto a partir deste ano. Isto porque, especialmente em função dos preços internacionais a nível mundial estarem valorizados nas últimas duas décadas, ocorre um processo de mudança do socioprodutivo no país (Flexor, Kato e Leite, 2022).

Esse fenômeno não representa em si uma “fuga do Estado” ou muito menos uma “saída à francesa” nos termos de Buainain *et al.* (2012), pois, as estatísticas apresentadas anteriormente demonstram o contrário. Tanto o financiamento rural oficial como o privado aumentou em nosso campo de estudo, contudo os recursos do mercado em maior quantidade.

Outro elemento importante relacionado ao aumento da expansão do volume de crédito rural está diretamente associado aos custos de produção. Fossá e Troian (2024) em análise sobre o acesso e distribuição do financiamento rural em municípios da Fronteira Oeste e da Campanha Gaúcha (a qual pertence Dom Pedrito/RS) identificaram este aspecto como um dos principais elementos que explicam o aumento do volume de crédito rural contratado.

Entretanto, os dados analisados contribuem para o entendimento de que há uma mudança no padrão em curso, em que tanto o setor privado, como o financiamento público se expandem. O que de fato vem ocorrendo, ao menos no cenário investigado no município de Dom Pedrito/RS é, nos últimos 15 anos, a entrada e/ou ampliação da participação nos mercados de *commodities* agrícolas de outros agentes, entre os quais, sete grandes empresas privadas do agronegócio, atraídas principalmente pelo negócio atrativo da atividade, em específico, neste caso, a cultura da soja.

Tais organizações atuam com maior ocorrência no modelo conhecido como “Sistema de Integração”, em que a empresa ao mesmo tempo fornece o crédito, insumos, assistência técnica, logística e compra da produção (Hentz e Hespanhol, 2023).

Nestes termos, é necessário reconhecer que para além da atuação de tais organizações há um contingente de possibilidades de formas de financiamento que constituem esta vacante entre as variáveis que estamos utilizando nesta análise. A

este respeito, pode-se destacar ao menos três formas que se inserem na realidade local: i) o financiamento próprio por parte do produtor que desenvolve a atividade; ii) financiamento via outras organizações vinculadas ao agronegócio, inclusive o sistema bancário por meio de transações que não se enquadram ao crédito rural; iii) empréstimos formais via contratos e até informais de pessoas físicas e jurídicas que deslumbram neste mercado uma remuneração atrativa para investimento de seu capital. Além destes aspectos, um outro elemento que pode contribuir para compreensão desta realidade é a possibilidade de escassez do crédito rural oficial via sistema bancário que por vez força o produtor a buscar alternativas de financiamento para suas atividades

Neste sentido, a guisa de desfecho de nossa discussão, retoma-se que nesta pesquisa, com recorte delimitado em Dom Pedrito/RS, quanto ao financiamento de custeio da soja está inserida em uma dinâmica socioproductiva estruturalmente colocada enquanto cadeia do agronegócio brasileiro. Assim os dados discutidos nesta seção se situam de fundamental maneira à composição da compreensão da realidade social investigada quanto à evolução do financiamento da cultura da soja tanto via crédito rural oficial quanto privado. Do mesmo modo, a dinâmica reflete os caminhos desta política pública de apoio ao rural ao mesmo tempo suas relações com as instituições de mercado.

5 Considerações Finais

Neste artigo, que teve como seu objetivo analisar o crédito de custeio da cultura da soja no município de Dom Pedrito/RS, verificou um novo padrão de financiamento rural no que tange a cultura, em um cenário em que apesar do aumento expressivo dos recursos financeiros destinados à cultura, a participação em relação da área financiada via crédito rural oficial e as áreas plantadas estão cada vez menores. Em um cenário em contínuo processo de transformação, ganham espaço outras formas de financiamento que colocam novas dinâmicas e perspectivas frente aos produtores, majoritariamente aqueles com grandes estabelecimentos rurais em termos de seu tamanho. Para além disso, este debate contribui ao lançar luzes sobre o papel desta dinâmica ao desenvolvimento local e regional, um vez que compreender esta realidade é um aspecto fundamental aos agentes envolvidos.

Um ponto central na discussão apresentada está na velocidade da expansão da soja no município, que por sua vez, está diretamente vinculada ao preço do produto e a crescente demanda global da oleaginosa. O descolamento entre as variáveis da área financiada via crédito rural oficial e a área plantada no local de nosso estudo pode ser compreendido a partir de cinco aspectos principais que se relacionam entre si. O primeiro está relacionado à própria capacidade do Estado e do sistema bancário em atender com disponibilidades as demandas requeridas em via crédito rural oficial.

O segundo aspecto relaciona-se a atuação das organizações que negociam e comercializam o grão, assim como mencionamos na seção anterior, são sete operando em Dom Pedrito/RS, das quais a maior parte atua no formato de integração, inclusive no financiamento da produção, com acerto financeiro no momento da entrega da safra. O terceiro relaciona-se ao financiamento, via sistema

bancário, mas em linhas de crédito que não se enquadram enquanto crédito rural, bem como, empréstimos junto às pessoas jurídicas e/ou físicas, as quais não existem informações sistematizadas disponíveis.

O quarto aspecto pode estar ligado ao fato de que a soja ainda estava ingressando no município, com maior risco dado o fato de ser uma atividade ainda não consolidada e o crédito rural oficial, conectado com a obrigatoriedade do seguro rural se revestia com uma importância maior. Na medida em que o cultivo vai se consolidando, e vão chegando atores privados, essas fontes vão ampliando seu espaço. Enfim, o quinto aspecto que permite a compreensão deste fenômeno, é o financiamento de custeio por conta própria, ou seja, situação em que o produtor diante de sua disponibilidade de capital consegue aportar os recursos necessários ao seu custeio.

Assim, ainda que este estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto, antes pelo contrário se posiciona com certo ineditismo ao discutir uma realidade local, os dados e análises apresentadas ressaltam uma importante mudança estrutural em curso do padrão de financiamento rural. Desse modo, registramos a importância de entendimento dos motivos pelos quais esse fenômeno está ocorrendo e em quais condicionantes estão inseridos este conjunto de produtores. Trata-se de uma vantagem financeira operacional? Ou diz respeito que a busca por alternativas de crédito rural está relacionada a restrições financeiras de operações firmadas no passado? Ou até mesmo relacionado às amarras burocráticas impostas para o acesso ao crédito rural oficial? São questões que estão postas e podem ser respondidas no horizonte futuro.

Por fim, quanto às limitações do estudo, registra-se a ausência de outras métricas estatísticas que possam corroborar com a análise, especialmente quanto às fontes de financiamento privado, ou seja, aquelas externas ao SNCR. Tais questões podem ser respondidas, as quais carecem de aprofundar estudos e discussões sobre a temática, especialmente a partir de outras realidades, bem como perspectivas epistemológicas e metodológicas com objetivo de compreender tal realidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G.; DE OLIVEIRA, J. Al. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 114-140, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5477> . Acesso em: 01 dez. 2025.

BITENCOURT, P. R.; FORNAZIER, A. A nova lei do agro: o fundo garantidor solidário como alternativa às garantias do crédito rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba (SP), v.62, n. 3, p.1-18, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2023.268631> . Acesso em 30 nov. 2025.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2012. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/311> . Acesso em: 01 nov. 2025.

BÚRIGO, F. L. et al. O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 635-668, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6> . Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Matriz de Crédito Rural**. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural> . Acesso em: 07 fev. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 29, n. 2, p. 163-190, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572009000200001> . Acesso em: 25 out. 2025.

BÚRIGO, F. et al. O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2022, v. 29 n. 3. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6> . Acesso em: 13 no. 2025.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FLEXOR, G.; KATO, K.; LEITE, S. P. **Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, v. 29, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179668371> . Acesso em: 25 nov. 2025.

FOSSA, J. L. et al. “MENOS FEIJÃO, MAIS SOJA”: HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO PRONAF CUSTEIO AGRÍCOLA NO BRASIL ENTRE 2013 E 2023.. In: Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...** Palmas (TO) UFT, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/814449-MENOS-FEIJAO-MAIS-SOJA-HISTORICO-DO-FINANCIAMENTO-PRONAF-CUSTEIO-AGRICOLA-NO-BRASIL-ENTRE-2013-E-2023>. Acesso em: 25/02/2025

FOSSÁ, J. L., VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**. 2024, v. 22, n. 60. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.14701> . Acesso em: 13 out. 2025.

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A. Análise da distribuição do crédito rural nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Campo-Território**: Revista de

Geografia Agrária, Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 51-75, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT195573102> . Acesso em: 12 out. 2025.

GASQUES, J. G.; BACCHI, M. R. P; BASTOS, E. T. Impactos do crédito rural sobre variáveis do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXVI – n. 4 –2017. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1315> . Acesso em 02 dez. 2025.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. M. A agroindústria de carnes de aves e suínos e o perfil dos produtores integrados na Microrregião Geográfica de Chapecó-SC. **Geosul**, 2023, v. 38 n. 87. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e87752> . Acesso em: 01 out. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> . Acesso em: 10 out. 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> . Acesso em: 10 out. 2025.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> . Acesso em: 10 out. 2025.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. Atlas, 8. ed., Barueri/SP, 2022.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural** v. 52, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006> . Acesso em: 10 out. 2025.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. SCAPIN, Beatriz; TROIAN, Alessandra. PRONAF e Território: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, 2023. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>. Acesso em: jun. 2024. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHEDENFFELDT, B. F., et al. Instrumentos privados de financiamento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXX – n. 1 – Jan./Fev./Mar. 2021. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1599> . Acesso em: 02 abr. 2025.

SILVA, C. S.; VIANA, J. G. A. Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha - Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 58, n.

4, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.214991> . Acesso em: 10 out. 2025.

VIANA, J. G. A. et al. Evolução do crédito rural no Rio Grande do Sul: análise por atividade e finalidade dos recursos de 2006 a 2018. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá (PR), v. 14, n. 2, p. 291-303, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2021v14n2e7686> . Acesso em: 20 out. 2025.

VILAGRAM, C. L. E.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A. Crédito Rural: o programa nacional de apoio ao médio produtor rural em Dom Pedrito/RS. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa (MG), v. 22, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25070/rea.v21i2.14475> . Acesso em: 30 out. 2025.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5353>. Acesso em: 3 maio 2025.

Juliano Luiz Fossá. Doutor em Administração. Universidade Federal do Pampa. Docente. Rua Vinte Um de Abril, n. 80, Bairro São Gregório, Dom Pedrito/RS. E-mail: julianofossa@unipampa.edu.br

Claudio Marques Ribeiro. Doutor em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pampa. Docente. Rua Vinte Um de Abril, n. 80, Bairro São Gregório, Dom Pedrito/RS. E-mail: claudioribeiro@unipampa.edu.br

Ana Paula Schervinski Villwock. Doutora em Extensão Rural. Universidade Federal de Sergipe. Av. Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro Rosa Elze São Cristóvão/SE. E-mail: ana.agronomia@gmail.com

Rodrigo da Silva Lisboa. Doutor em Extensão Rural. Universidade Federal do Pampa. Docente. Rua Vinte Um de Abril, n. 80, Bairro São Gregório, Dom Pedrito/RS. E-mail: rodrigolisboa@unipampa.edu.br

Submetido em: 17/11/2025

Aprovado em: 05/05/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Juliano Luiz Fossá;

Curadoria de Dados (Data curation): Juliano Luiz Fossá;

Análise Formal (Formal analysis): Juliano Luiz Fossá;

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): A pesquisa não contou com fontes de financiamentos.

Investigação/Pesquisa (Investigation): Juliano Luiz Fossá; Claudio Marques Ribeiro;

Metodologia (Methodology): Juliano Luiz Fossá;

Administração do Projeto (Project administration): Juliano Luiz Fossá;

Recursos (Resources):

Software: Juliano Luiz Fossá;

Supervisão/orientação (Supervision): Juliano Luiz Fossá;

Validação (Validation): Juliano Luiz Fossá; Claudio Marques Ribeiro; Ana Paula Schervinski Villwock; Rodrigo da Silva Lisboa.

Visualização (Visualization): Juliano Luiz Fossá; Claudio Marques Ribeiro; Ana Paula Schervinski Villwock; Rodrigo da Silva Lisboa.

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Juliano Luiz Fossá;

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing) Juliano Luiz Fossá; Claudio Marques Ribeiro; Ana Paula Schervinski Villwock. Rodrigo da Silva Lisboa.

Fontes de financiamento: A pesquisa não contou com fontes de financiamentos